

**Portal de Legislação do Município de Sagrada Família / RS****LEI MUNICIPAL Nº 1.607, DE 06/07/2023****INSTITUI PROGRAMA PARA RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS FISCAIS - REFIS MUNICIPAL - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA - RS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo [artigo 27, I e III da Lei Orgânica Municipal](#),

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS MUNICIPAL, destinado a promover a regularização de créditos tributários e não tributários, inclusive títulos executivos emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado do RS, do município de Sagrada Família, constituído ou não, inscritos em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não.

Art. 2º O ingresso no REFIS MUNICIPAL, dar-se-á por requerimento formal do contribuinte dirigido ao Setor de Tributos, que deverá dar-se até 31 de julho de 2023, fará jus a regime especial de consolidação e parcelamento dos seus débitos referidos no *caput* do artigo 1º desta Lei.

§ 1º O ingresso no REFIS MUNICIPAL implica em inclusão da totalidade dos débitos referidos no artigo 1º em nome do beneficiário, inclusive os não constituídos, que serão incluídos no programa mediante confissão.

§ 2º Nos parcelamentos já concedidos e anteriores a esta Lei, fica permitido, se houver interesse do contribuinte, o reparcelamento do saldo remanescente, com os benefícios desta Lei, desde que incluídos eventuais débitos posteriores ao parcelamento.

§ 3º Os pedidos de parcelamento ou reparcelamento pressupõe:

I - confissão e aceitação, em caráter irrevogável e irretratável, da dívida e condições estabelecidas nesta Lei, por parte do sujeito passivo;

II - renúncia dos atos de defesa ou de recurso administrativo ou judicial, bem como, desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos do pedido por opção do contribuinte.

Art. 3º Os créditos tributários e não tributários de que trata o artigo 1º, incluídos no REFIS MUNICIPAL, devidamente confessados, poderão ser fracionados em até 75 (setenta e cinco) parcelas, mensais e sucessivas, mediante assinatura do termo de opção do REFIS, com redução no respectivo valor da multa e dos juros, nos seguintes percentuais, desde que o pagamento seja iniciado até 31/07/2023, com o pagamento da primeira parcela corresponda a no mínimo 5% do débito e desde que o valor de nenhuma parcela não seja inferior a R\$ 100,00 (cem reais):

I - em 100% (cem por cento), se pago à vista ou em 3 (três) parcelas mensais e consecutivas;

II - em 80% (oitenta por cento) se pagas em até 20 (vinte) parcelas mensais e consecutivas;

III - em 60% (sessenta por cento) se pagas em até 30 (trinta) parcelas mensais e consecutivas;

IV - em 50% (cinquenta por cento) se pagas em até 75 (setenta e cinco) parcelas mensais e consecutivas.

§ 1º As parcelas mensais vincendas até 31/12/2024 não terão acréscimo de juros e correção monetária.

§ 2º Caso o parcelamento ultrapasse o exercício de 2024, o saldo devedor parcelado será corrigido em 01 de janeiro de 2025, na forma da legislação municipal aplicável e as parcelas terão acréscimo de 0,50% (meio por cento) ao mês, contados de 31/12/2024.

Art. 4º Na hipótese de atraso no pagamento, por mais de 60 (sessenta) dias ou 02 (duas) parcelas, estará sujeito ao cancelamento do REFIS, com incidência de correção monetária, juros e multas legais sobre os valores do saldo remanescente.

Art. 5º O contribuinte que liquidar sua dívida nos termos propostos na presente Lei fica isento do pagamento de honorários advocatícios nos casos em que já houve o ajuizamento da cobrança.

Art. 6º Nos casos em que a dívida esteja em processo de cobrança judicial, poderá ser efetuado o levantamento das custas do processo, junto ao cartório do Foro local, e o valor que houver, poderá ser recolhido, se possível, no ato da confissão da dívida, podendo ainda as custas serem apuradas e pagas pelo executado conforme determinação do Poder Judiciário.

Art. 7º Os benefícios concedidos por esta Lei não conferem qualquer direito à restituição ou compensação de importância já paga ou compensada.

Art. 8º O parcelamento de que trata o artigo 3º desta Lei, somente será deferido quando o valor da parcela for igual ou superior a R\$ 100,00 (cem reais).

Art. 9º Após a data de 31/07/2023 o Poder Executivo Municipal encaminhará para protesto em cartório e inscrição nos meios de restrição ao crédito as dívidas ativas não quitadas e nem parceladas, além das medidas de cobrança judicial.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

*GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL,
aos seis dias do mês de julho de dois mil e vinte e três.*

*ANDRE FERNADE DE QUADROS
Prefeito Municipal EM EXERCÍCIO*

Registre-se e Publique-se